

informações, vamos fazer uma avaliação em relação ao projeto de lei que foi aprovado nesta Casa, com voto contrário do Partido dos Trabalhadores, do PSOL e dos partidos de centro-esquerda.

Então, queria trazer esses elementos. Nós queremos fazer uma reflexão, um aprofundamento do que foi aplicado até agora em relação a essa lei que foi aprovada em 2022, e solicitamos ao governador Tarcísio que encaminhe à Casa de Leis, à Assembleia Legislativa, esses questionamentos, porque nós já fizemos esses questionamentos, baseados na Lei de Acesso à Informação, e não foram respondidos.

Fizemos pedido de informação baseado nas normas internas desta Casa, e também não foi atendido. Então, não dá para debater esse projeto sem ter essas informações respondidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, o deputado Luiz Claudio Marcolino iniciou um debate sobre esse projeto de lei, trazendo aqui várias preocupações, mas em especial a falta de respostas de um pedido que fizemos no dia 16.02.2024.

Esse prazo já se expirou. A Secretaria pediu mais dez dias e em 11 de março terminou o prazo. Aliás, terminou no domingo, domingo agora. Portanto, Sr. Presidente, entendemos e dissemos isso no Colégio de Líderes, tanto nós, como a Bancada do PSOL, a Federação PT/PCdoB/PV, de que não era possível continuar esse debate enquanto as respostas a esse pedido não fossem encaminhadas aqui para a Alesp, para a bancada da Federação.

Diante dessa situação, nós fizemos um diálogo com a Liderança do Governo e estamos propondo levantar a sessão, considerando lido uma hora desse projeto, dado como lido; e que a gente pudesse ter, deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor, as informações que foram solicitadas em 16 de fevereiro de 2024 e que tiveram já o prazo esgotado no último domingo.

Tendo essas informações, o debate pode fluir de uma forma muito mais tranquila, inclusive porque nós temos uma posição muito clara com relação a esse projeto e já tínhamos expressado na discussão anterior, que o senhor acompanhou.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Então, Sr. Presidente, se houver acordo, e a gente já construiu esse debate, que a gente pudesse dar como lido uma hora e levantar a sessão.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, foi conversado, sim, com os líderes, com os demais líderes, com o Paulo Fiorilo, falei com os demais líderes desta Casa, e acho que é legítimo o bom debate, um debate saudável, nesta Casa, uma vez que temos a base. A base aliada está já convicta de que esse projeto também é muito importante para o estado de São Paulo; porém entendemos a pluralidade desta Casa.

E também em respeito à oposição, às bancadas da oposição, vamos cobrar para que a Secretaria encaminhe já o quanto antes, para que vocês tenham essa resposta, e para que a gente volte a dar sequência a esse debate.

Portanto, temos que dar por discutido por uma hora, já contando com a discussão que se iniciou. É isso. Então temos aí já uma hora e 15 de discussão. É isso? Ok?

O SR. PAULO FIORILO - PT - Alguma dúvida?

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - É isso?

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pergunto se há alguma dúvida. O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Tem alguma dúvida?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Então havendo acordo entre as lideranças, dar por levantados os trabalhos, um acordo de uma hora e 15 minutos de discussão desse projeto. Antes de dar por levantados os trabalhos, esta Presidência retifica a convocação da 2.ª Sessão Extraordinária, que tem como finalidade a seguinte Ordem do Dia: redação final do Projeto de lei n.º 244, de 2013, de autoria do Sr. Governador, e o Projeto de lei n.º 1.697, de 2013, de autoria da deputada Monica Seixas do Movimento Pretas, além do Requerimento n.º 263, de 2024, de autoria do deputado Paulo Fiorilo. Com a palavra o deputado Dr. Jorge do Carmo.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Obrigado, Sr. Presidente. Para uma rápida comunicação. Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero nesta tarde reiterar, porque eu já fiz esse convite para V. Exas., reiterar um convite, que na próxima sexta-feira, dia 22, às 19 horas, neste plenário, será realizada uma sessão solene de outorga de um Colar de Honra ao Mérito Legislativo ao ex-deputado Henrique Pacheco, que foi deputado aqui de 1999 a 2003.

Portanto, quero reiterar o convite às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados, que têm também a coautoria de parte da nossa Bancada. E quero reiterar o convite para que todos os deputados e as deputadas, na medida do possível, evidentemente, nas suas agendas, mas que possam participar dessa sessão solene, que realizar-se-á no próximo dia 22, sexta-feira, a partir das 19 horas, aqui no Plenário Juscelino Kubitschek.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Havendo acordo de lideranças, está levantada a sessão.

\*\*\*

-Levanta-se a sessão às 17 horas e 19 minutos.

\*\*\*

## 19 DE MARÇO DE 2024 7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: ANDRÉ DO PRADO

### RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Abre a sessão às 17h29min. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o substitutivo ao PL 1697/23 apresentado pelo congresso de comissões, restando prejudicado o projeto. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovada a redação final do PL 1244/23.

2 - CARLOS GIANNAZI

Declara voto contrário da bancada do PSOL ao PL 1244/23.

3 - PAULO FIORILO

Declara voto contrário da Federação PT/PCdoB/PV ao PL 1244/23.

4 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o Requerimento 263/24.

5 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS

Para comunicação, faz pronunciamento.

6 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Parabeniza a deputada Monica Seixas pela aprovação do PL 1697/23, de sua autoria. Encerra a sessão às 17h33min.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número regimental das Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

\*\*\*

Ordem do Dia.

\*\*\*

- Passa-se à

### ORDEM DO DIA

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Item 1 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 1697, de 2023, de autoria da nobre deputada Monica Seixas do Movimento Pretas.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o Substitutivo apresentado pelo congresso de comissões. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovado, prejudicado o projeto.

Item 2 - Discussão e votação da redação final do Projeto de lei nº 1244, de 2023, de autoria do Sr. Governador.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação a redação final. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente. Quero manifestar o voto contrário da bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Está registrado.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Registro votos contrários da Federação PT/PCdoB/PV.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Está registrado também o pedido do deputado Paulo Fiorilo.

Item 3 - Discussão e votação do Requerimento de licença nº 263, de 2023, do nobre deputado Paulo Fiorilo, nos termos do Art. 84, inciso I, do Regimento Interno, para desempenhar missão cultural em Portugal, no período de 19 a 28 de abril do corrente ano.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Só para registrar, é sem ônus para este poder. Aprovado o requerimento.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Pela ordem, presidente. Uma comunicação?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência.

A SRA. MÔNICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Para agradecer o cuidado e a presteza dos colegas com esse projeto, que ganhou regime de urgência na semana passada, que a gente consegue aprovar hoje. Esse projeto foi aprovado na legislatura passada, recebeu um veto. A gente vai e bot a fé de que desta vez haverá sensibilidade do governo para a sanção.

Ele renasce de uma experiência que a gente viveu juntos aqui, no final do ano, que foi a perda da minha gestação e o momento em que a diretora do hospital me recebe tentando me tirar da visão de outras mulheres que estavam aguardando por exames corriqueiros, para que elas não se assustassem e não se impactassem com a situação.

Separar mulheres que perderam filhos desejados das mulheres que receberam seus filhos saudáveis é uma questão de humanidade, de dignidade para ambas, para que aquela mãe que está começando a jornada com a sua criança possa celebrar esse momento sem nenhum constrangimento e para as mulheres que perderam os seus filhos possam receber o acolhimento físico e emocional que esse momento exige na saúde.

Então, obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Parabéns, deputada Monica Seixas. Parabéns a todos os líderes e ao líder do Governo, que tiveram a sensibilidade de alterar o projeto e aprovar esse projeto tão importante como aqui foi anunciado pela nobre deputada Monica Seixas, que viveu na pele esse problema e pôde trazer sua experiência para que outras mulheres não passem pelo que ela passou.

Então eu acho que é muito digno desta Casa aprovar um projeto tão importante, que valoriza este Parlamento, com propostas realmente que mudam e melhoram a vida da população lá na ponta.

Parabéns, deputada Monica Seixas.

E no mês das mulheres.

Então, parabéns, mais algo a comemorar.

Nada mais havendo a tratar, está levantada a sessão.

\*\*\*

- Encerra-se a sessão às 17 horas e 33 minutos.

\*\*\*

## 20 DE MARÇO DE 2024 30ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: LECI BRANDÃO e CARLOS GIANNAZI

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - LECI BRANDÃO

Assume a Presidência e abre a sessão às 14h05min.

2 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

4 - LECI BRANDÃO

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - LECI BRANDÃO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

6 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI

Defere o pedido. Discorre acerca da falta de regulamentação do governo sobre o PLC da Polícia Penal aprovado nesta Casa. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 21/03, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão às 14h22min.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Leci Brandão.

\*\*\*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

A SRA. PRESIDENTE - LECI BRANDÃO - PCdoB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Iniciamos a relação dos oradores inscritos no Pequeno Expediente. Deputado Rui Alves. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Tem V. Exa. o uso da palavra pelo tempo regulamentar.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Presidente deputada Leci Brandão, telespectador da TV Assembleia.

Deputada Leci Brandão, tenho já denunciado, há algum tempo, a máfia, a ditadura das plataformas digitais na rede estadual de ensino. Eu falo que é uma máfia porque são plataformas milionárias, compradas por milhões de reais, que estão beneficiando apenas as empresas. E estão prejudicando enormemente a Educação do estado de São Paulo.

Sra. Presidente, é grave a situação. Os professores da rede estadual perderam totalmente a autonomia pedagógica. Perderam totalmente o direito de ensinar, a liberdade de ensinar. Essas plataformas estão, inclusive, adoecendo o Magistério estadual. São mais de dez plataformas que os professores são obrigados a utilizar. Eu tenho aqui a relação delas, vou colocar no telão da Assembleia Legislativa, deputada Leci Brandão.

O professor hoje virou um mero executor dessas plataformas digitais e dos materiais digitais, dos conteúdos digitais, os tais slides, aqueles que já foram denunciados, com muitos erros. São erros gravíssimos, dizendo inclusive, um deles, que tem praia aqui na cidade de São Paulo.

Essa é a máfia das plataformas digitais, que estão, repito, acabando com a autonomia pedagógica dos nossos professores. Elas estão prejudicando imensamente todo o processo de ensino e aprendizagem, deputada Leci Brandão. Elas estão robotizando, automatizando, engessando o projeto pedagógico.

Porque o professor não tem mais liberdade de ensinar. Ele tem que se direcionar, tem que utilizar todas essas plataformas. Caso não ocorra a utilização das plataformas, ele é punido, e a direção da escola também.

Não foi à toa que, na semana retrasada, a Seduc, Secretaria da Educação, publicou uma portaria do coordenador pedagógico, que eu denunciei também, falando da farsa do apoio presencial.

Ele se resume em obrigar os diretores, vice-diretores e coordenadores pedagógicos a entrarem nas salas de aula e fiscalizarem, não a aula em si, mas a utilização dessas plataformas.

Então é como se fosse uma empresa de telemarketing. Os professores têm que atingir as metas - como no telemarketing, como se fosse uma empresa, como se fosse um banco - na utilização das plataformas digitais, na utilização dos materiais digitais.

É isso que está sendo cobrado hoje dos professores. A Secretaria da Educação não quer saber se o aluno está aprendendo ou não. Sem contar que isso vai na contramão do que vem acontecendo em vários países do mundo, que estão recuando dessas plataformas, estão recuando dos celulares, dos tablets, dos computadores, voltando a utilizar o livro didático.

O livro está voltando para as escolas do mundo inteiro, para retirar um pouco o aluno da frente dos computadores e dos celulares, porque está provado que isso prejudica a aprendizagem, esse uso em excesso. E São Paulo está na contramão porque, na verdade, por detrás dessa insistência da Secretaria da Educação existem interesses econômicos e empresariais com a compra dessas plataformas digitais, que são compradas por milhões de reais. Tem vários contratos.

Inclusive, eu já acionei - eu quero dizer isso, deputada Leci Brandão - o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para fazer uma devassa, uma investigação em todos esses contratos milionários dessas plataformas, mas também que o Tribunal de Contas faça uma avaliação dos impactos no processo educacional, na política pública educacional.

Porque os professores estão sofrendo e não concordam com isso. O professor gasta todo o seu tempo utilizando essas plataformas. Ele nem tem tempo mais para o aluno porque é o tempo todo, é dentro e fora da sala de aula.

Então é muito importante que o Tribunal de Contas faça uma investigação profunda, uma devassa, nos contratos dessas plataformas, que foram compradas sem licitação. Muitas delas lá do Paraná, porque o secretário Renato Feder era do Paraná.

E ele trouxe, Sra. Presidente, por exemplo, essa plataforma “Alura” é de lá. Ele tinha comprado essa plataforma no estado do Paraná quando ele era o secretário da Educação e trouxe a “Alura” para cá por milhões de reais. Está aqui, eu já mostrei.

Então é grave essa situação, nós queremos a revogação imediata. Eu já entrei com um PDL contra essa portaria da farsa do apoio presencial. Não tem apoio nenhum, é fiscalização, é assédio. É vigiar e punir.

É isso que está por detrás dessa portaria que eles chamam agora de “Apoio Presencial”, um nome muito bonito para vigiar os professores. Nem a ditadura militar conseguiu fazer isso, Sra. Presidente Leci Brandão, nem a ditadura militar.

E também, nós queremos o fim dessa “ditadura da máfia das plataformas digitais” que está arruinando o Magistério e arruinando a Educação do estado de São Paulo.

Tudo isso para beneficiar as grandes empresas que vendem essas plataformas, e os equipamentos eletrônicos também, para o Estado. Como a própria “Multi” que é a empresa do secretário Renato Feder.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - LECI BRANDÃO - PCdoB - Obrigada, deputado. Seguindo a lista de oradores, deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.)

Convido o deputado Carlos Giannazi para ocupar aqui a Presidência.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando sequência à lista de oradores inscritos, agora, para fazer uso da palavra, a nobre deputada Leci Brandão que fará uso regimental da tribuna.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Excelentíssimo Sr. Presidente Carlos Giannazi, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público que nos assiste pela nossa querida TV Alesp, funcionários dos serviços gerais desta Casa, corpo militar, Deus abençoe, proteja e ilumine a todos.

Srs. Deputados, a gente não constrói nada sozinhos, principalmente quando a gente trabalha em prol da população. As construções para dar bons frutos são construções coletivas. Além disso, acredito que boas iniciativas sempre devem ser destacadas e elogiadas.

Por isso, hoje ocupo esta tribuna para parabenizar a iniciativa de dois mandatos desta Casa: das deputadas da Bancada Feminista e do deputado Mauríci. Esses deputados realizam hoje dois eventos de grande significado e que contam com o nosso apoio.

Acontece hoje, no Plenário José Bonifácio, a “femenagem” à grande mulher, negra, ativista, comunista, atriz, teatóloga, pesquisadora, professora, publicitária Thereza Santos. Ela lutou pelos direitos dos negros nas lutas por liberdade de Moçambique e Guiné-Bissau.

Thereza Santos foi uma pessoa que ocupou a Secretaria de Cultura aqui de São Paulo e, durante a sua gestão, conseguiu realizar eventos da maior importância para esse segmento da população negra.

Uma mulher que sempre nos orientou, que sempre ajudou muito, inclusive em enredos de escolas de samba aqui de São Paulo. Foi jurada também dos desfiles, há algum tempo, e é uma mulher que merece toda homenagem. Quero parabenizar a Bancada Feminista por essa homenagem.

Já a iniciativa do deputado Mauríci, do Partido dos Trabalhadores, é um ato solene pelo Dia Nacional das Tradições de Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé. Essa lei foi proposta pelo nosso querido amigo, deputado federal Vicentinho, mas também é resultado de muita luta dos povos de tradição de matriz africana.

O deputado Mauríci, que faz parte inclusive da Comissão de Educação, é um homem que tem tido o comportamento, a atitude de defender o povo de São Paulo, defender as populações que sofrem uma série de problemas e tal. Fui muito amiga também do filho dele, que também foi prefeito.

Temos que dizer que estamos muito honradas por termos sido convidadas para esse ato solene que vai acontecer hoje aqui no Plenário Paulo Kobayashi, se não me engano. Ou seja, esta Casa vai abrigar dois eventos que reconhecem a nossa história, a nossa cultura, a nossa ancestralidade do povo negro, do povo brasileiro.

Eu fico também muito honrada de saber que, quando chegamos aqui, em 2010, já tinham passado por aqui dois deputados que também cumpriam essa missão de defender outros grupos religiosos: no caso, o deputado Vicente Cândido e o deputado José Cândido também. Mas houve a continuidade.

Nós chegamos aqui em 2010 e conseguimos realizar uma série de eventos aqui com a presença das pessoas dessas religiões. E agora o deputado Mauríci dá continuidade. Quero parabenizar o deputado e também todas as deputadas da Bancada Feminista por essa homenagem à nossa grande sábia Thereza Santos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de líderes, eu peço o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Muito obrigado, deputada Leci Brandão.

Antes de levantar a sessão, só gostaria de dizer que meu mandato está acionando o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e o Ministério Público estadual contra o governo estadual por prevaricação, por omissão, por improbidade administrativa o governo até agora não regulamentou, não apresentou a proposta para regulamentar a PEC, que nós aprovamos aqui na Assembleia Legislativa, que regulamenta a Polícia Penal.

Então, o governo está na verdade afrontando a Constituição Federal, a Emenda Constitucional nº 104, que foi aprovada, que foi promulgada no Congresso Nacional no dia quatro de dezembro de 2019, onde foi regulamentada a Polícia Penal em todo o território nacional e ficou a cargo dos estados regulamentar as suas respectivas polícias penais.

Nós aprovamos, depois de muita luta, depois de muita mobilização dos próprios servidores do sistema penitenciário, a PEC da Polícia Penal. Ela foi aprovada aqui no plenário em junho de 2022. Nós alteramos a Constituição Estadual, mas até agora - hoje nós já estamos no mês de março - o governo não regulamentou, não enviou o projeto de lei.

Então, o governo está cometendo improbidade administrativa, está prevaricando contra uma legislação importante que tem que ser regulamentada imediatamente. Até porque daqui a pouco vai chegar - eu espero que chegue - a proposta de reajuste salarial para todos os servidores do estado de São Paulo. E os servidores da Polícia Penal ficarão novamente excluídos, marginalizados do reajuste que é dado aos servidores da Segurança Pública.

Por isso que é urgente, nós estamos semanalmente cobrando do governo estadual para que ele faça o encaminhamento em caráter de extrema urgência da proposta do PLC, do Projeto de lei Complementar, regulamentando a Polícia Penal, incluindo os amplos setores dos trabalhadores e trabalhadoras do sistema penal. Que eles sejam incluídos na Polícia Penal, sobretudo também os motoristas.

Então, era isso. Havendo acordo entre as lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantado os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 22 minutos.

\*\*\*

## 21 DE MARÇO DE 2024 31ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI, EDUARDO SUPLICY e CONTE LOPES

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a sessão às 14h08min.

2 - ANDRÉA WERNER

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - GUILHERME CORTEZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - EDUARDO SUPLICY

Assume a Presidência. Endossa o pronunciamento do deputado Guilherme Cortez. Enaltece a atuação da Associação Flor da Vida na cidade de Franca.

6 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - PRESIDENTE EDUARDO SUPLICY

Endossa o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi.

8 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

9 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI

Tece comentários acerca da instauração de CPI na Câmara Municipal para investigar as privatizações de cemitérios na Capital do Estado.

11 - GUILHERME CORTEZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

12 - EDUARDO SUPLICY

Assume a Presidência.

GR